

Experiência bem-sucedida no País Basco, unindo autogestão e competitividade, oferece bom modelo

Tese mostra que cooperativismo na indústria brasileira é viável

LUIZ SUGIMOTO

sugimoto@reitoria.unicamp.br

A Mondragón Corporación Cooperativa (MCC), no País Basco, é uma experiência virtuosa de empresas de autogestão que já dura mais de 50 anos. Em 2005, reunia 108 cooperativas com 78.455 trabalhadores e um faturamento de quase 12 bilhões de euros. Foi naquele ano que Alessandra Bandeira Antunes de Azevedo esteve por lá, cumprindo parte da sua pesquisa de doutorado pelo Departamento de Política Científica e Tecnológica (DPCT) do Instituto de Geociências (IG) da Unicamp.

No Brasil, as cooperativas industriais são bem mais recentes, surgindo a partir dos anos 1990 como parte da chamada economia solidária, que reúne uma enorme diversidade de iniciativas econômicas geridas pelos trabalhadores. As iniciativas buscam combinar eficiência e viabilidade econômica

com princípios cooperativos e democráticos.

O objetivo de Alessandra Azevedo foi discutir as possibilidades e limites da capacidade competitiva, tecnológica, organizacional e social dessas cooperativas no tecido industrial brasileiro. “Durante meu mestrado no DPCT, enquanto estudava a importância da inovação tecnológica para o desenvolvimento econômico, fui monitora na Incubadora de Cooperativas da Unicamp. Ali me envolvi com a autogestão e a economia solidária”.

Quando Alessandra soube da experiência basca, a comparação pareceu-lhe obrigatória. Por seis meses, ela foi aluna da Universidade de Mondragón. Sim, a corporação possui universidade e escolas técnicas e, mais, investe pesado em seus centros de pesquisa e desenvolvimento, que também são autogeridos. “Pude visitar várias cooperativas e assistir a palestras de seus dirigentes e da corporação, incluindo alguns dos fundadores”.

A professora Leda Gitahy, que orientou a pesquisa de doutorado e construiu sua carreira acadêmica estudando o mundo do trabalho, não deixa de se impressionar. “A MCC, sétimo grupo econômico da Espanha, consegue manter a estrutura da pirâmide invertida, com decisões que vêm das cooperativas de base. É algo sofisticadíssimo. Além disso, nunca tinha visto centros de P&D autogestionários”.

Na montagem do projeto, Leda e Alessandra já haviam decidido restringir os estudos de caso a cooperativas da área metal-mecânica, tanto no Brasil como na Espanha. Aqui, as gaúchas CTMC e Geralcoop, mais a Uniforja do ABC paulista. Lá, a Copreci, Irizar e Fagor Ederlan, mais dois centros de P&D, Ideko e Ikerlan. O objetivo da comparação foi analisar como a experiência de Mondragón pode contribuir para pensar o cooperativismo no Brasil.

Semelhanças – No entanto, como comparar a estrutura e os bilhões de euros de Mondragón com as cooperativas brasileiras, muito mais recentes e menores? A análise da história da MCC permitiu compreender a importância da lógica de articular solidariedade e competitividade. O peso dado ao conhecimento tecnológico e à formação dos trabalhadores permitiu a construção de características organizacionais próprias, que são fatores importantes para entender o seu êxito e continuidade.



Alessandra Azevedo, autora da tese de doutorado, durante sua estadia na Espanha: “Os intercâmbios são fundamentais para o fortalecimento das empresas”



A professora Leda Gitahy, orientadora da pesquisa: “A luta social impõe valores como a solidariedade, o espírito democrático e a valorização do trabalhador”

Governança – Na tese, a autora utiliza o conceito de “governança”, que trata da dinâmica das relações internas e da capacidade de articular atores externos para viabilizar os empreendimentos. “Os intercâmbios entre as cooperativas, e entre elas e agentes como universidades, instituições públicas e sindicatos, são fundamentais para o aperfeiçoamento técnico, desenvolvimento de produtos e fortalecimento das empresas”.

No âmbito maior da economia solidária, a maior parte das cooperativas brasileiras ainda enfrenta dificuldades para se firmar (veja matéria nesta página). No entanto, entre as principais conclusões da tese, está a de que as cooperativas do Sul e do ABC, apesar de recentes, demonstraram uma grande capacidade de articulação e superação dos desafios tecnológicos, produtivos, organizacionais e mercadológicos.

Essa superação se explica pelas formas democráticas de gestão e pela capacidade de articulação e coordenação (governança) com diferentes instituições públicas e privadas. Nesse sentido, a autogestão e as formas que assumem as relações de trabalho são uma inovação que viabiliza a sustentabilidade dessas empresas.

“Mesmo trabalhando em ambiente inóspito – sem legislação favorável, sem crédito e com muitas dívidas e processos judiciais – essas cooperativas conseguiram recuperar os clientes, ganhar outros, modernizar e expandir a produção e quitar as pendências. Não deixa de ser um milagre”, afirma Leda Gitahy

Contribuição – Na opinião da professora, a tese de Alessandra traz uma importante contribuição para a consolidação das cooperativas brasileiras, tendo recebido elogios da banca julgadora pela riqueza de informações: históricos, organogramas, formas de atuação, balanços e outras minúcias das empresas autogestionárias.

O trabalho será distribuído para as cooperativas daqui, enquanto que a Mondragón pretende publicar o que foi recuperado de sua história. A expectativa é de que a Fapesp, que financiou a pesquisa e a viagem da autora ao País Basco, contribua também para que a tese vire livro.

Alessandra Azevedo está na Bahia, contratada pela Unitrabalho (Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho) para implantar três incubadoras de cooperativas naquele estado, com apoio do Banco do Brasil.

Números da solidariedade

Pesquisa realizada no segundo semestre de 2004 identificou 14.594 empreendimentos econômicos solidários, em 2.274 municípios brasileiros que representam 41% do total. Estavam associados 1.250.000 homens e mulheres, sendo que 25 mil desses trabalhadores possuíam algum vínculo com os empreendimentos.

Nacionalmente, 54% dos empreendimentos organizam-se sob a forma de associações, 33% são grupos informais, 11% são cooperativas e 2% adotam outras formas. Quanto à motivação, 45% foram criados como alternativas ao desemprego, 44% para complemento da renda dos sócios, 41% para obtenção de maiores ganhos, 33% como opção pela gestão coletiva da atividade e 29% pelas condições de acesso a crédito.

O mapeamento mostra 42% dos empreendimentos dedicados a atividades agropecuárias, extrativistas e pesca; 18,3% a alimentos e bebidas; 13,9% a diversos produtos artesanais; e 5% a pro-

dução industrial.

Foram identificadas 174 empresas recuperadas de massa falida, com 11.348 trabalhadores, a maior parte (72%) no Centro-Sul. Dessas empresas recuperadas, cerca de 50% são cooperativas, seguidas por 32,8% de associações, sendo que 16,4% ainda não estão formalizadas juridicamente.

Entre 1990 e 2000 surgiram 62 empresas recuperadas e, apenas no quinquênio 2001-2005, registrou-se mais 50 empresas tiradas da falência pelos trabalhadores. Este crescimento é atribuído à divulgação das experiências de sucesso e maior estrutura de apoio às experiências.

Somente 38% dos empreendimentos conseguem obter sobras ao final do exercício, 33% apresentam perdas e não conseguem fechar o balanço; e 13% não informaram. As maiores dificuldades apontadas foram a comercialização (mencionada por 61% dos entrevistados), o acesso ao crédito (49%) e acesso a assessorias técnicas e de gestão (27%).

Fonte: Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) do Governo Federal

A tese de Alessandra Azevedo fortalece uma impressão que a professora Leda Gitahy guarda de outras pesquisas: o sucesso de uma cooperativa depende da presença de movimentos organizados por trás. “A luta social impõe valores como a solidariedade, o espírito democrático e a valorização do trabalhador, que dão significado à experiência e viabilizam o alcance das metas”.

Uma meta nunca esquecida pelo cooperativismo de Mondragón é a de manter e criar empregos. Mesmo na crise dos anos 80, com a abertura do mercado espanhol, a corporação encontrou mecanismos para sobreviver no mercado sem cortar e até aumentando as vagas. “Note-se que suas cooperativas fornecem produtos para cadeias globais que sofreram intensas transformações, como as indústrias de linha branca e automobilística”, diz Leda.

Neste ponto, vale destacar o foco em inovação tecnológica que levou

à criação de escola técnica, centros de P&D e de uma universidade. “No início, a MCC comprava licenças, mas desde a década de 60 busca as próprias patentes para assegurar a autonomia tecnológica.”, acrescenta a docente do IG.

No Brasil – Alessandra Azevedo informa que as cooperativas industriais brasileiras emergem da luta dos sindicatos de trabalhadores contra o desemprego e a precarização do trabalho, na década de 90. “Neste processo se destacam os sindicatos vinculados à CUT, especialmente do Rio Grande do Sul e do ABC paulista, regiões onde surgiu esse tipo de cooperativismo”.

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC teve um papel importante no movimento do cooperativismo industrial admitindo os cooperados como sócios a partir de 1996, além de criar a ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário) e a Unisol (Central de Cooperativas e

Empreendimentos Solidários). A CUT, em seu congresso de 2002, expandiu o projeto através da Unisol Brasil e da Ecosol (aglutinadora das cooperativas de crédito).

No ano passado, segundo Alessandra, a Unisol Brasil contava com 180 empreendimentos filiados e 8.470 trabalhadores. Do total de empreendimentos, 21 são cooperativas industriais autogestionárias pertencentes aos setores metalúrgico, têxtil e químico. O restante está distribuído por diversos setores.

Leda Gitahy observa que as cooperativas analisadas na tese foram originadas da massa falida de antigas empresas do setor metal-mecânico, conquistadas pelos trabalhadores como parte de indenização trabalhista. “Os sindicatos tiveram o papel de mobilizar apoios da sociedade organizada e mediar dívidas com impostos junto aos poderes públicos. Abriram-se inclusive linhas de financiamentos”.